



Pré-sal
Petróleo

RELATÓRIO ANUAL DE
ATIVIDADES DE
AUDITORIA INTERNA 2018

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
1. INTRODUÇÃO	3
2. MATURAÇÃO DOS PROCESSOS DE GOVERNANÇA, DE GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CONTROLES INTERNOS.	3
2.1 Implementação dos Temas.....	4
2.2 Análise comparativa 2017 e 2018	7
2.3 Avaliação Criticidade e GUT.....	7
2.4 Conclusão.....	10
3. ATIVIDADES DE AUDITORIA (PROGRAMADAS, REALIZADAS, NÃO CONCLUÍDAS E NÃO REALIZADAS).....	10
4. ATIVIDADES REALIZADAS SEM PREVISÃO NO PAINT.....	16
5. FATOS QUE IMPACTARAM A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA.....	17
6. IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES – QUADRO DEMONSTRATIVO AÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADASNO EXERCÍCIO.	18
7. ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E BENEFÍCIOS OBTIDOS	19
8. GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE.....	21
9. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS	22
10. CONCLUSÃO.....	22

1. INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna da Pré-sal Petróleo é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Empresa, no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e da probidade dos atos da administração.

A Unidade de Auditoria Interna tem por objetivo assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão praticados no âmbito da empresa e apoiar os órgãos federais de controle interno e externo no exercício de sua missão institucional.

Conforme o Decreto nº 3.591/2000, as unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal Indireta vinculadas aos Ministérios estão sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria Geral da União- CGU.

A CGU detém competência para avaliar o desempenho da Auditoria Interna. Para efeito de integração das ações de controle, a unidade de auditoria interna deve apresentar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício seguinte (PAINT) e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna do exercício anterior (RAINT).

O presente Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN, foi elaborado pela Auditoria Interna da Pré-sal Petróleo, de acordo com a Instrução Normativa nº 9 de 9 de outubro de 2018, da Controladoria Geral da União – CGU.

2. MATURAÇÃO DOS PROCESSOS DE GOVERNANÇA, DE GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CONTROLES INTERNOS.

Iniciamos a apresentação do RAIN com a síntese da análise acerca do nível de maturação da governança, dos controles internos e da gestão dos riscos corporativos da empresa. Esta análise foi feita por meio de avaliação sobre a percepção dos gestores acerca do grau de implementação da gestão da empresa, envolvendo, além dos temas mencionados (gestão de riscos e controles internos), a implementação da governança, planejamento institucional e desempenho operacional.

Foi confeccionado questionário como objetivo de colher informações sobre as práticas de gestão, visando avaliar os temas mencionados. Este instrumento foi elaborado pela Auditoria Interna da PPSA, com base no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública, em modelos internacionais aplicados à governança e à gestão estratégica, tais como o adotado na esfera federal dos Estados Unidos (Human Capital Assessment and Accountability Framework) e o publicado pela Federação Internacional de Contadores (Governance in the Public Sector: A Governing Body Perspective), em modelos nacionais adotados pelos órgãos de controle CGU e TCU (Perfil GovPessoas e PerfilGovTI), nas orientações da ISO 31000 (Gestão de riscos — Princípios e diretrizes) e nos modelos conceituais COSO I (Internal Control – Integrated Framework) e COSO II (Enterprise Risk Management — Integrated Framework)

As informações geradas pelo questionário são de grande importância e visam contribuir para o aprimoramento na gestão da empresa, na medida em que fomentam práticas de autoavaliação periódica e de apropriação dos resultados para estruturação de ações de melhoria contínua em termos de gestão, além fornecer subsídio para a proposição de ações sistêmicas de melhoria de desempenho, construindo um referencial de orientação estratégica em termos de boas práticas de gestão.

O questionário é composto por perguntas sobre políticas e práticas relacionadas a Planejamento Institucional, Governança, Gestão de Riscos, Desempenho Operacional, Conformidades e Controles Internos. As perguntas estão divididas nos 8 componentes propostos no modelo conceitual COSO II (Enterprise Risk Management — Integrated Framework): Ambiente Interno, Fixação de Objetivos, Identificação de Eventos, Avaliação de Riscos, Resposta ao Risco, Atividades de Controle, Informações/Comunicações e Monitoramento.

Esta metodologia procurou abranger importantes fatores críticos para o alcance de resultados e o cumprimento da missão organizacional. Na avaliação do exercício de 2017 e 2018 foram introduzidas perguntas relativas a gravidade dos temas, urgência de implementação e tendência de evolução da situação caso nenhuma ação seja adotada.

Incorporando a urgência e a tendência temos uma ferramenta mais completa para tomada de decisão dos gestores na priorização de implementação dos temas (ferramenta GUT).

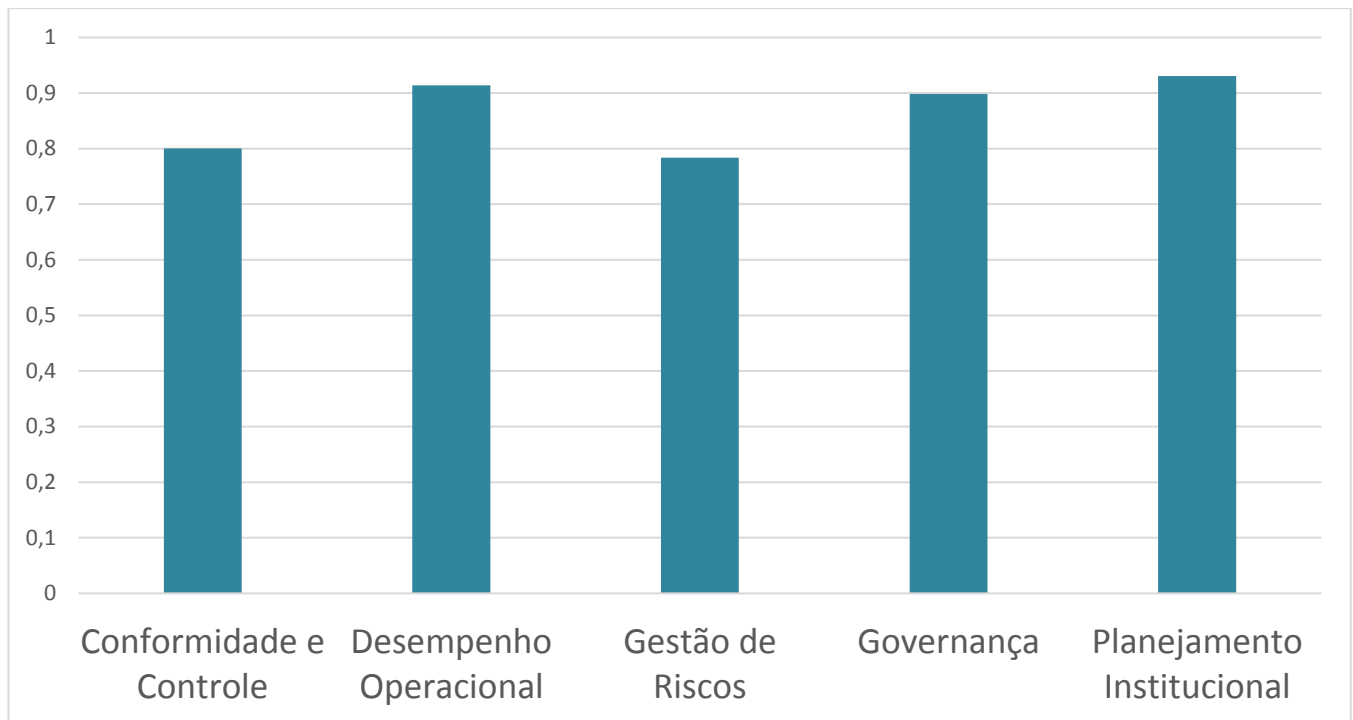
O questionário foi distribuído para as quatro Diretorias da PPSA, que apresentaram um diagnóstico da gestão da empresa baseado nas impressões de cada uma. Após a coleta dos resultados, foi quantificada a média das respostas de cada item, visando a diluir as variações encontradas nas respostas. A seguir, apresentamos uma síntese do diagnóstico realizado:

2.1 Implementação dos Temas

As questões estão agrupadas nos oito componentes COSO, a saber: Ambiente Interno, Fixação de Objetivos, Identificação de Eventos, Avaliação de Riscos, Resposta ao Risco, Atividades de Controle, Informações/Comunicações e Monitoramento.

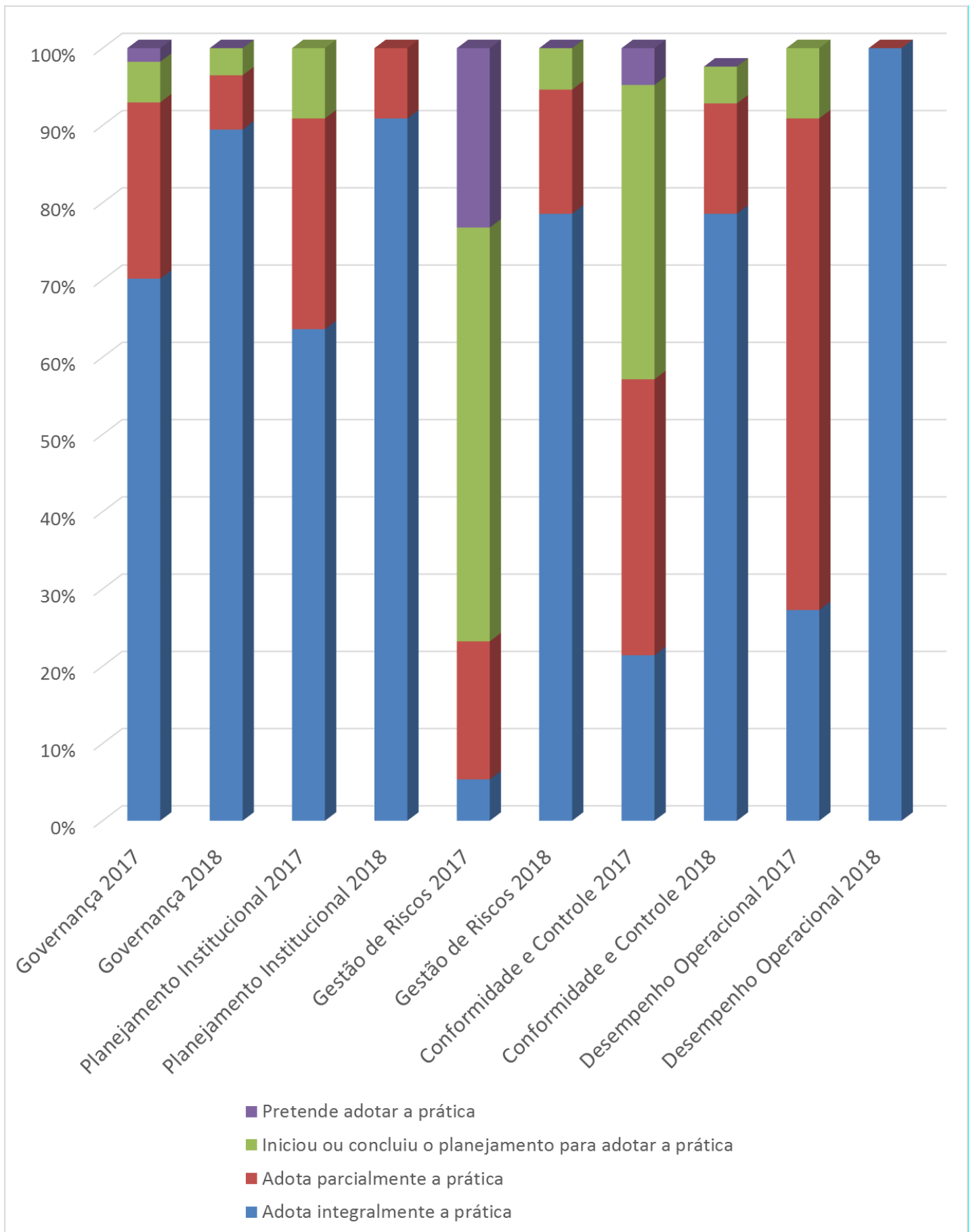
Os componentes possuem perguntas sobre políticas e práticas relacionadas aos seguintes temas: Planejamento Institucional, Governança, Gestão de Riscos, Desempenho Operacional, Conformidades e Controles Internos.

A seguir apresentamos uma avaliação sintética do grau de implementação dos temas:



É possível identificar um avanço em todos os temas: Conformidade e Controle, Desempenho Operacional, Gestão de Riscos, Governança e Planejamento Institucional. Cabe destacar que na formulação do questionário, foram consideradas como práticas e políticas de “Governança” apenas as relacionadas à formação da base fundamental, o que dá alicerce para a estruturação da empresa e para o desenvolvimento dos demais universos. Para nossa análise adotamos um enfoque mais restrito, uma vez que em sentido amplo ela abarcaria todos os demais temas analisados (Planejamento Estratégico, Gerenciamento de Riscos, Desempenho empresarial, Conformidade e Controles Internos).

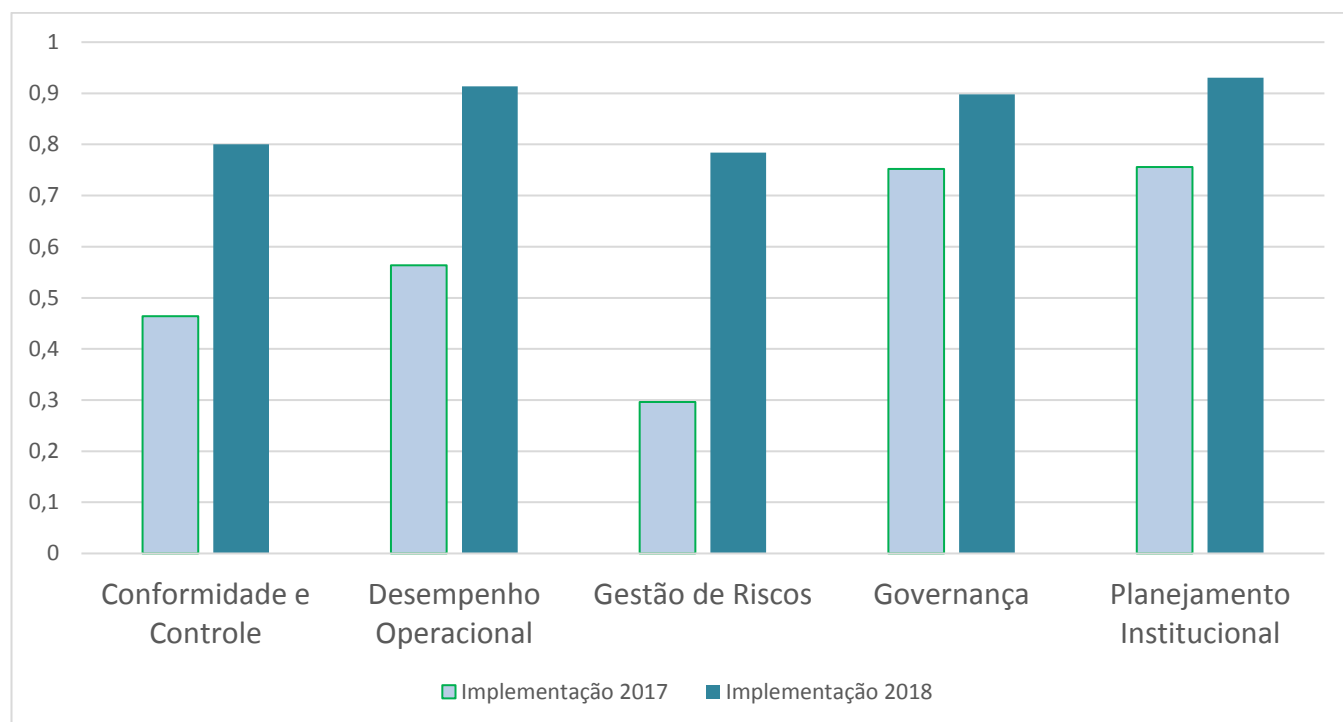
As questões referentes às políticas e diretrizes foram divididas em 5 estágios de implementação: 1 - Não adota a prática, 2 - pretende adotar a prática, 3 - iniciou ou concluiu o planejamento para adotar a prática, 4 - adota parcialmente a prática e 5 - adota a prática. No gráfico, a seguir, apresentamos para cada tema, o percentual de questões classificadas em cada estágio de implementação.



Os temas Conformidade e Controle e Gestão de Riscos foram avaliados levemente abaixo dos demais temas, mas com um percentual de implementação bastante significativo próximo a 80%.

2.2 Análise comparativa 2017 e 2018

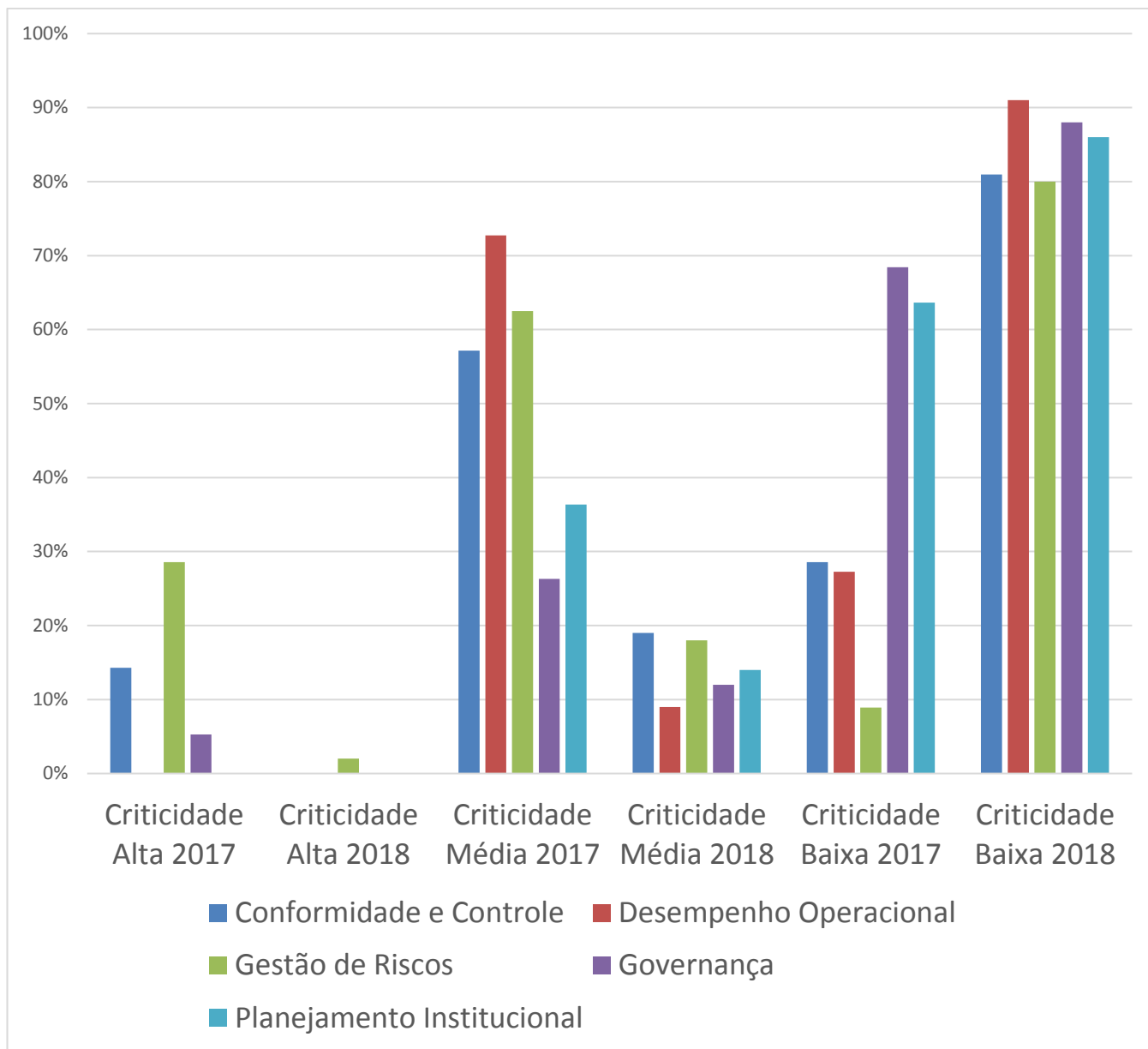
A seguir apresentamos um gráfico comparativo relativa ao grau de implementação das políticas e práticas segundo a percepção dos gestores em 2017 e 2018.



Houve evolução em todos os temas avaliados se destacando Gestão de Riscos, Desempenho Operacional e Conformidade e Controle, isto se deve ao fato de a direção da empresa ter adotado diversas medidas relacionadas ao acompanhamento do desempenho empresarial, medidas para implantação da Gestão de Riscos e ações para implementar os controles internos com a adoção de diversas medidas de controle para os processos de Gestão de Contratos de Partilha e para os processos de Gestão dos Acordos de Individualização da Produção.

2.3 Avaliação Criticidade e GUT

Com vistas a identificar as políticas e práticas com baixa implementação que representassem pontos críticos e pontos de potencial desenvolvimento, foi introduzido na avaliação o índice criticidade que representa a razão entre a relevância da questão e o grau de implementação. Com isso, quanto maior o grau de importância e menor o grau de implementação, maior a criticidade da questão. No gráfico, a seguir, apresentamos o grau de criticidade apurados em cada tema comparando com os resultados obtidos no exercício anterior:



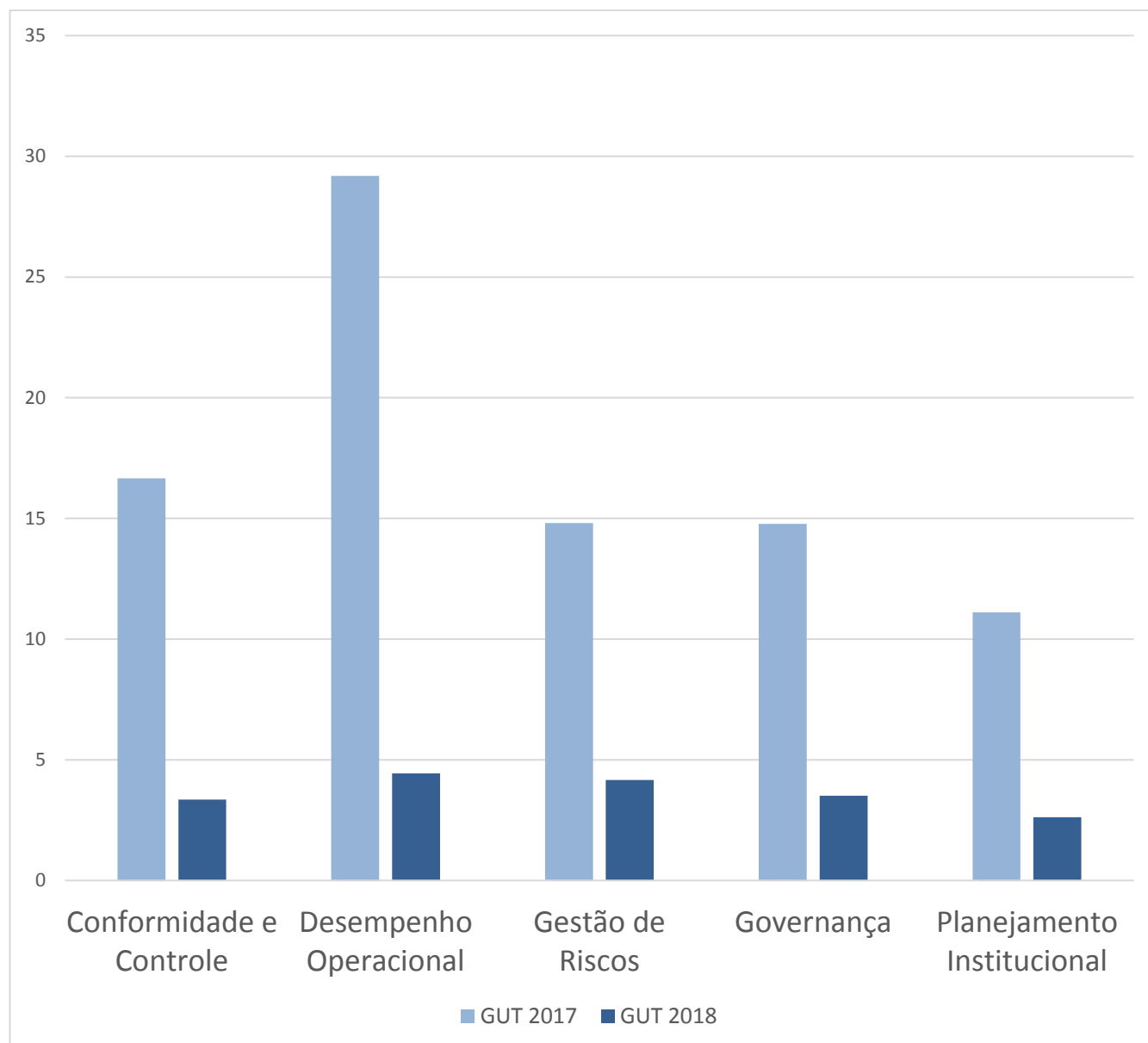
Percebemos uma redução significativa nos temas classificados com criticidade alta e média no exercício de 2018.

Na avaliação de 2017 foram acrescentadas mais três dimensões Gravidade, Urgência e Tendência, formando uma matriz de priorização das estratégias, tomadas de decisão e solução de problemas de organizações/projetos. A Matriz GUT é uma ferramenta de auxílio na priorização de resolução de problemas.

O objetivo desta ferramenta é priorizar as ações de forma racional, levando em consideração a gravidade, a urgência e a tendência do fenômeno, permitindo escolher a tomada de ação menos prejudicial.

A matriz serve para classificar cada problema que você julga pertinente para a empresa pela ótica da gravidade (do problema), da urgência (de resolução dele) e pela tendência (dele piorar com rapidez ou de forma lenta).

A seguir apresentamos o resultado obtido da classificação GUT para o exercício de 2018 comparado com o exercício anterior.



Novamente percebemos uma redução. O índice GUT (Gravidade, Urgência e Tendência) apresentou uma redução significativa em todos os temas comparando com o exercício anterior.

2.4 Conclusão

A metodologia utilizada para análise do grau de implementação da gestão encontra-se em processo de maturação, além disso carece de parâmetros comparativos externos com outras instituições que se encontram em processo de implementação de sua estrutura de gestão. Entretanto, a metodologia utilizada permite a identificação de temas com maior defasagem de implementação, além de servir como um referencial para o acompanhamento evolutivo de implementação de cada tema.

As informações geradas fomentam práticas de autoavaliação periódica e de apropriação dos resultados para estruturação de ações de melhoria contínua em termos de gestão, além de fornecer subsídio para a proposição de ações sistêmicas de melhoria de desempenho, construindo um referencial de orientação estratégica em termos de boas práticas de gestão.

Na análise foi possível realizar um diagnóstico dos diferentes componentes do gerenciamento de riscos corporativos e de Controles Internos. Além de permitir a identificação de pontos críticos e pontos de potencial desenvolvimento, fazendo um registro da situação atual, permitindo um acompanhamento evolutivo dos temas avaliados. A previsão da Auditoria é aplicar o questionário anualmente.

Atualmente, o índice de implementação das políticas se encontra em grau avançado. A implementação de diversas práticas avançou em comparação com o exercício anterior, apenas práticas e políticas associadas com Gestão de Risco obtiveram média de implementação inferior a 80%, no limite do parcialmente implementado.

Na análise de criticidade apenas Gestão de Riscos apresentou itens classificados com criticidade alta e classificados como criticidade média apenas Gestão de Riscos e Conformidade e Controle.

A PPSA deve intensificar ações voltadas a desenvolver sua estrutura de gestão de riscos corporativos e conformidade e controle com vistas a reduzir o grau de criticidade do tema.

Conforme esperado e apontado no relatório do exercício anterior (RAINT 2017), as medidas relativas a: Implantação do Planejamento Estratégico 18-22; Mapeamento de Processos e Macroprocessos e confecção de procedimentos e manuais; Implantação da gestão de risco na Pré-Sal Petróleo; Implantação do Programa de Integridade e Implantação do Plano de Gestão contribuíram enormemente para atenuar a criticidade dos temas identificados com a implantação de práticas e políticas de gestão.

As ações adotadas contribuíram para melhoria da gestão da empresa, refletindo na percepção geral da implementação das políticas/diretrizes, promovendo uma melhora na avaliação realizada no final do exercício de 2018.

Mesmo com todo esse avanço, ainda há espaço para melhoria. Com isso, a auditoria interna encaminhou uma listagem com 20 práticas que foram mal avaliadas no quesito (Gravidade Urgência e Tendência) e 13 práticas mal avaliadas no quesito criticidade para que a alta administração da empresa adote medidas para implementá-las.

3. ATIVIDADES DE AUDITORIA (PROGRAMADAS, REALIZADAS, NÃO CONCLUÍDAS E NÃO REALIZADAS)

A seguir apresentamos as atividades propostas no PAINT 2018, a comparação entre o tempo estimado e gasto na realização de cada atividade, o status atual de conclusão de cada atividade e comentários acerca de sua realização em 2018:

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 001 – ELABORAÇÃO DO RAINT 2017

Avaliação sumária - Riscos: Não atendimento às exigências do Controle Interno. Não monitoramento/acompanhamento das atividades desempenhadas pela Auditoria Interna.

Relevância: Acompanhar a evolução das atividades desempenhadas pela Auditoria Interna.

Origem da demanda: CGU e CA

Objetivo da Auditoria: Dar ciência ao órgão de Controle Interno e ao Conselho de Administração das atividades executadas pela Auditoria Interna no exercício anterior.

Resultados Esperados: Elaboração do RAINT em conformidade com a legislação pertinente e seu encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dentro do prazo legalmente estabelecido.

Escopo: Acompanhamento da execução das atividades de auditoria planejadas para 2017.

Local: Escritório Central do Rio de Janeiro

Tipos: Atividade administrativa

RH/Horas: 40 homens-hora

Tempo estimado em RH/Horas: 40 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 40 homens-hora

Status Atual: Concluído

Comentários: O RAINT 2017 foi elaborado observando as orientações constantes da Instrução Normativa CGU n.º 24/2015, respeitando o prazo de envio. A Controladoria Geral da União não apresentou críticas acerca de seu conteúdo.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 002 – ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 E O PROCESSO ANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Avaliação sumária - Riscos: Não atender às exigências do Controle Interno e Externo e não cumprir com as decisões normativas do TCU.

Relevância: Prestar Contas para a sociedade.

Origem da demanda: Gestão da PPSA e TCU.

Objetivo da Auditoria: Acompanhar a formalização do Relatório de Gestão, de acordo com a legislação pertinente.

Resultados Esperados: Envio do Relatório em conformidade com a legislação pertinente e dentro do prazo legalmente determinado.

Escopo: Assessorar a realização do Relatório Anual de Gestão relativo ao exercício de 2017.

Local: Escritório Central do Rio de Janeiro

Tipos: Atividade Administrativa

Tempo estimado em RH/Horas: 224 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 232 homens-hora

Status Atual: Concluído

Comentários:

O relatório de gestão de 2018 foi concluído e entregue no prazo. A Auditoria Interna realizou apresentação para o corpo de funcionários orientando sobre a importância do tema, além de orientar na observância do conteúdo e assessorar no processo de confecção e envio.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 003 – AUDITORIA DO PROCESSO DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO - APROFUNDAMENTO

Avaliação sumária - Riscos: Descumprimento da Lei n.º 12.351/2010 e da Resolução ANP n.º 25/2013 e 698/2017.

Relevância: Atendimento ao disposto na Lei 12.351/2010 e nas Resoluções da ANP.

Origem da demanda: Gestão da PPSA

Objetivo da Auditoria: Avaliar os procedimentos utilizados na gestão dos processos de individualização da produção.

Resultados Esperados: Evitar a ocorrência de irregularidades e impropriedades. Ampliar a governança do processo.

Escopo: Verificar os procedimentos e manuais utilizados para realização dos Acordos de Individualização da Produção e mapear o macroprocesso e os processos relacionados.

Local: Escritório Central do Rio de Janeiro

Tipos: Auditoria Operacional

Tempo estimado em RH/Horas: 450 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 240 homens-hora

Status Atual: Em conclusão – reprogramada para 2019

Comentários: Versão preliminar encaminhada para Diretoria de Gestão de Contratos. A Atividade foi reprogramada para o exercício de 2019. A previsão de conclusão é no primeiro semestre de 2019.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 004 – AUDITORIA DO MACROPROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO

Avaliação sumária - Riscos: Descumprimento da Lei n.º 12.351/2010 e da Resolução CNPE.

Relevância: Atendimento ao disposto na Lei 12.351/2010 e na Política de Comercialização.

Origem da demanda: Gestão da PPSA

Objetivo da Auditoria: Avaliar os procedimentos utilizados na gestão dos processos de comercialização, a contratação do agente comercializador e as operações de comercialização realizadas.

Resultados Esperados: Evitar a ocorrência de irregularidades e impropriedades. Ampliar a governança do processo.

Escopo: Verificar os procedimentos e manuais utilizados para realização da Comercialização e a contratação do agente comercializador, mapear o macroprocesso e os processos relacionados.

Local: Escritório Central do Rio de Janeiro

Tipos: Auditoria Operacional

RH/Horas: 354 homens-hora

Tempo estimado em RH/Horas: 354 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 240 homens-hora

Status Atual: Em conclusão - reprogramada

Comentários: A atividade foi iniciada em 2018, foram realizadas entrevistas e levantamentos de dados para confecção do planejamento da ação de controle e foi confeccionada uma análise preliminar. A próxima fase da Auditoria no Processo de Comercialização será focada na análise do macroprocesso e dos processos associados e dos procedimentos já estruturados. Somente após essa análise será encaminhado o relatório preliminar para manifestação do gestor. A análise será retomada no exercício de 2019, após a etapa de prestação de contas da empresa com previsão para conclusão no segundo semestre.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 005 – ELABORAÇÃO DO PAINT 2019

Avaliação sumária - Riscos: Comprometimento das atividades de auditoria executadas no exercício seguinte.

Relevância: Orientar os trabalhos de auditoria e permitir ao Gestor e Órgão de Controle acompanhamento das ações previstas pela Auditoria Interna.

Objetivo da Auditoria: Dar ciência aos órgãos de controle interno e externo das atividades programadas para 2018

Resultados Esperados: Elaboração do PAINT em conformidade com a legislação pertinente e seu encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dentro do prazo legalmente estabelecido

Escopo: Definição das áreas e atividades de acordo com as prioridades institucionais para 2018

Tempo estimado em RH/Horas: 40 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 40 homens-hora

Status atual: Concluída

Comentários: O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2019, após apreciação do Conselho de Administração, foi encaminhado para análise prévia da CGU, a qual não se manifestou acerca de seu conteúdo. A versão final do PAINT 2018, aprovada, pelo CA será enviada no prazo estipulado da Instrução Normativa CGU nº 9/2018.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 006 – AVALIAÇÃO ANUAL DA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCO. ATUALIZAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO DA AUDITORIA

Avaliação sumária- Riscos: O Sistema de Controle Interno da PPSA pode falhar na identificação, mensuração e registro dos fatos e eventos. Ausência da Gestão de Risco não permite a identificação de áreas críticas da organização.

Relevância: O sistema de controle é instrumento de gestão imprescindível para os setores, como a de controladoria, que depende da informação para a execução de suas atividades, mitigando o risco de desconhecimento do real cenário em que tais atividades são executadas.

Objetivo da Auditoria: Avaliar a estrutura existente de controles internos e a política de gestão de riscos.

Resultados Esperados: Aprimoramento dos Controles Internos e da Política de Gestão de Riscos Corporativos.

Escopo: Análise do Gerenciamento de Riscos Corporativos e da Estrutura de Controles Internos orientado pelo COSO I, COSO II e ISO 31000.

Tempo estimado em RH/Horas: 104 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 96 homens-hora

Status Atual: concluída

Comentários: Foi apresentado, um resumo do conteúdo trabalhado no primeiro capítulo deste relatório. A atividade foi concluída em dezembro de 2018, consumindo 96 RH/Horas.

A metodologia utilizada para análise do grau de implementação da gestão encontra-se em processo de maturação, além disso carece de parâmetros comparativos externos com outras instituições que se encontram em processo de implementação de sua estrutura de gestão. Entretanto, a metodologia utilizada permite a identificação de temas com maior defasagem de implementação, além de servir como um referencial para o acompanhamento evolutivo de implementação de cada tema.

As informações geradas fomentam práticas de autoavaliação periódica e de apropriação dos resultados para estruturação de ações de melhoria contínua em termos de gestão, além de fornecer subsídio para a proposição de ações sistêmicas de melhoria de desempenho, construindo um referencial de orientação estratégica em termos de boas práticas de gestão.

Na análise foi possível realizar um diagnóstico dos diferentes componentes do gerenciamento de riscos corporativos e de Controles Internos. Além de permitir a identificação de pontos críticos e pontos de potencial

desenvolvimento, fazendo um registro da situação atual, permitindo um acompanhamento evolutivo dos temas avaliados. A previsão da Auditoria é aplicar o questionário anualmente.

A Pré-sal Petróleo encontra-se em processo de implantação, diversos aspectos referentes à estruturação estão sendo implementados. Atualmente, o índice de implementação das políticas se encontra em grau avançado. A implementação de diversas práticas avançou em comparação com o exercício anterior, apenas práticas e políticas associadas com Gestão de Risco obtiveram média de implementação inferior a 80%, no limite do parcialmente implementado.

Na análise de criticidade apenas gestão de riscos apresentou itens com criticidade alta e com criticidade média Gestão de Riscos e Conformidade e Controle que apresentaram práticas classificadas desta forma.

A PPSA deve intensificar ações voltadas a desenvolver sua estrutura de gestão de riscos corporativos e conformidade e controle com vistas a reduzir o grau de criticidade do tema.

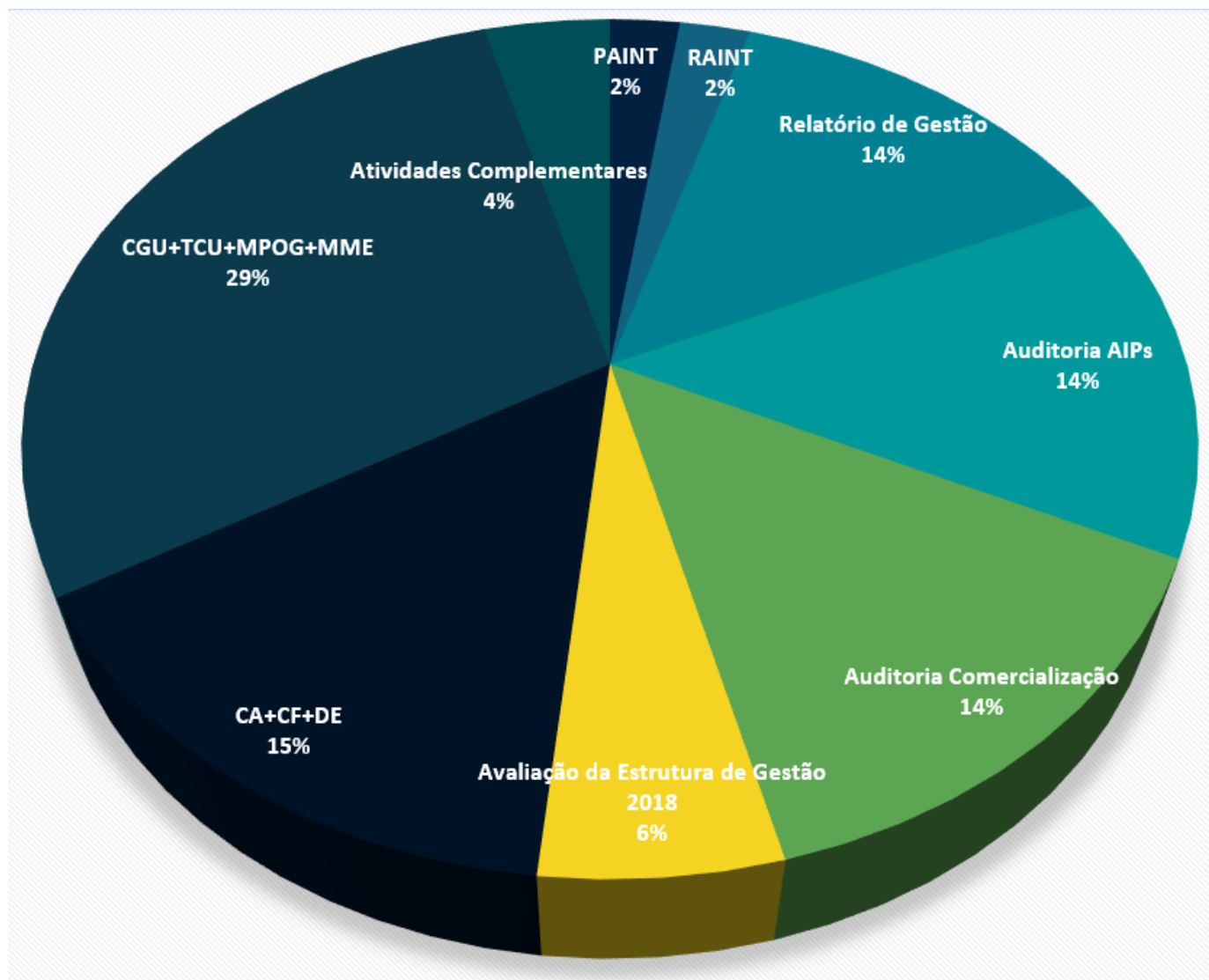
Conforme esperado e apontado no relatório do exercício anterior (RAINT 2017), as medidas relativas a: Implantação do Planejamento Estratégico 18-22; Mapeamento de Processos e Macroprocessos e confecção de procedimentos e manuais; Implantação da gestão de risco na Pré-Sal Petróleo; Implantação do Programa de Integridade e Implantação do Plano de Gestão contribuíram enormemente para atenuar a criticidade dos temas identificados com a implantação de práticas e políticas de gestão.

As ações adotadas contribuíram para melhoria da gestão da empresa, refletindo na percepção geral da implementação das políticas/diretrizes, promovendo uma melhora na avaliação realizada no final do exercício de 2018.

Mesmo com todo esse avanço, ainda há espaço para melhoria. Com isso, a auditoria interna encaminhou uma listagem com 20 práticas que foram mal avaliadas no quesito (Gravidade Urgência e Tendência) e 13 práticas mal avaliadas no quesito criticidade para que a alta administração da empresa adote medidas para implementá-las.

QUADRO – AÇÕES HH ESTIMADO E REALIZADO 2018.

	HH Estimado	HH Realizado	HH Variação	% estimado	% realizado	%variação
AÇÃO DE AUDITORIA Nº 001 – ELABORAÇÃO DO RAINTE 2017	40	40	0	2%	2%	0%
AÇÃO DE AUDITORIA Nº 002 – ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2017 E O PROCESSO ANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.	224	232	8	13%	13%	4%
AÇÃO DE AUDITORIA Nº 003 – AUDITORIA DO PROCESSO DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO -APROFUNDAMENTO	450	240	-210	17%	14%	-47%
AÇÃO DE AUDITORIA Nº 004 – AUDITORIA DO MACROPROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO	354	240	-114	21%	14%	-32%
AÇÃO DE AUDITORIA Nº 005 – ELABORAÇÃO DO PAINT 2019	40	40	0	2%	2%	0%
AÇÃO DE AUDITORIA Nº 006 – AVALIAÇÃO ANUAL DA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCO.	104	96	-8	6%	5%	-8%
Reserva técnica para atendimento às demandas de Órgãos de Controle (TCU, CGU e SEST).	104	504	400	17%	29%	385%
Reserva técnica para atendimento de solicitações especiais da Alta Administração. (DE, CA e CF)	300	256	-44	12%	15%	-15%
Atividades complementares (revisão de relatórios, revisão de procedimentos, manuais, mapeamento de processo, padronização das práticas da Auditoria e estudos especiais)	160	72	-88	9%	4%	-55%
Treinamento	0	40	40		2%	INF
Total	1776	1760				



4. ATIVIDADES REALIZADAS SEM PREVISÃO NO PAIN

Durante o exercício de 2018 somente foi realizada uma atividade sem previsão no PAIN. Atendendo a Correspondência Interna - GRH n.º 08/2018 e ao Ofício Circular n.º 30/2016-MP, de 08 de fevereiro de 2018, a Auditoria Interna procedeu análise visando a ratificar as informações constantes da planilha “Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais– Análise de conformidade dos valores realizados versus limites autorizados”. A realização da mencionada atividade não impactou o cronograma da Auditoria Interna e foi alocada como atendimento de solicitações especiais da alta administração.

Em que pese estar previsto no PAIN reserva técnica para atendimento às demandas de Órgãos de Controle (TCU, CGU e SEST) foi consumido 385% a mais do programado, o que acabou impactando na conclusão das demais tarefas previstas para o exercício. Esse assunto é melhor abordado no próximo capítulo.

5. FATOS QUE IMPACTARAM A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

No exercício de 2018, a PPSA atendeu a diversas demandas do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). A Auditoria Interna, no exercício de sua função de interlocução com os órgãos de controle e de assessoramento a direção da empresa, atuou no atendimento demandas mencionadas, a seguir detalhadas:

- a) Fornecimento de informações. Atendimento às demandas do TCU referentes a implementação das recomendações constantes do Acórdão n.º 2.900/2015-Plenário Auditoria de Levantamento, Acórdão nº 72/2017 – Plenário e Acórdão de Relação Nº 9442/2017 – Segunda Câmara.
- b) Atendimento ao questionário do Tribunal de Contas sobre Governança Pública.
- c) Atendimento ao TCU, no âmbito do processo TC- 017.368/2016-2 – Avaliação do nível de transparência do site da PPSA.
- d) Atendimento a Oitiva referente ao Processo TC 025.996/2018-5 – Prestação de serviços de Service Desk.
- e) Atendimento a equipe do TCU – trabalho de Auditoria, Registro Fiscalis 332/2018, com o objetivo de avaliar a conformidade dos procedimentos de apropriação do “custo em óleo” realizado pela Pré-sal Petróleo S.A (PPSA) a fim de apurar o “excedente em óleo”, no regime de partilha da produção.
- f) Atendimento à equipe do TCU na realização de auditorias em processo de representação, TC 032.740/2017-4, que trata de apuração de irregularidades e falhas estruturais na política de comercialização do óleo e gás natural pertencentes à União provenientes de contratos de exploração no modelo de partilha de produção e verificação de possível descumprimento de Contrato de Prestação de Serviço celebrado entre a União e a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A (PPSA),
- g) Atendimento à equipe do TCU na realização de auditorias em ação de monitoramento do cumprimento de deliberação proferida no processo de Monitoramento, TC 003.487/2016-4, que trata de Fiscalização realizada na Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA),
- h) Respostas a questionamentos pontuais do TCU: Perfil GovPessoas e Perfil GovTI.
- i) Questionamento do SEST sobre o nível de governança da empresa para cálculo do IG-SEST a respeito de práticas de governança adotadas pela PPSA.
- j) Apoio na revisão do Planejamento Estratégico.
- k) Apoio na estruturação da Política de Gestão de Riscos.

A Auditoria Interna, no planejamento de suas atividades, reservou 104hh para atendimento às demandas dos órgãos de controle e 300hh para atendimento a alta administração, foram consumidas 504hh e 256hh respectivamente.

A empresa possui uma estrutura enxuta, sendo apenas um funcionário dedicado para a execução da atividade de Auditoria. O excesso de demandas associadas ao atendimento aos órgãos de controle acabou impactando na atuação da Auditoria Interna. Para 2018, a auditoria prevê o apoio de colaborador para auxiliar nesta atividade de controle e atendimento as demandas externas e apoio a confecção do Relatório de Gestão da PPSA.

6. IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES – QUADRO DEMONSTRATIVO AÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO.

A criação da Auditoria da Pré-sal Petróleo é recente, as recomendações pendentes de implementação serão acompanhadas quando da realização de atividades de follow-up.

Está previsto para o exercício de 2019 a primeira atividade de follow-up, visando o acompanhamento das recomendações. Na atividade n.º 5 – Auditoria no Processo de Gestão dos Contratos de Partilha de Produção do PAINT 2019, a Auditoria Interna pretende realizar, além de um aprofundamento na análise do tema, o monitoramento da implementação das recomendações emitidas no âmbito do Relatório de Auditoria Interna- Gestão do Contrato de Partilha de Produção concluído no início de 2018.

No mencionado relatório foram emitidas 36 recomendações relevantes para gestão do processo, sendo necessário um acompanhamento minucioso de sua implementação, uma vez que o processo está em fase de validação e o Sistema de Gestão de Gastos de Partilha de Produção – SGPP em implantação.

Apresentamos, a seguir, de forma sintética, as recomendações provenientes atuação da Auditoria que serão foco do monitoramento:

- estruturação de procedimentos para gestão da governança da empresa, visando a atualização e mapeamento dos processos. Ampliação as ações de consolidação e integração das iniciativas voltadas à governança da empresa, construção do Sistema de Gestão da PRÉ-SAL PETRÓLEO (solução de governança).
- definição de um modelo de mapeamento de processos e notação, estabelecendo regras de mapeamento para modelagem dos processos da empresa.
- readequação do cronograma do contrato com a KPMG de forma a ajustar o prazo de apoio a implantação realizado pela consultoria na fase 6 da contratação, com o prazo de implantação do SGPP.
- adequação mapeamento dos macroprocessos realizados com as competências conferidas regimentalmente, em especial, no que se refere às competências da Assessoria Especial de Fiscalização.
- adequação do Termo de Referência para contratação do SGPP com vistas a adquirir uma solução integrada de sistemas que permita a inclusão de módulos que apoiem o processo de avaliação técnica e econômica dos planos, o processo de monitoramento e auditoria dos projetos, além de módulos que apoiem o macroprocesso de atuação no Comitê Operacional – OPCOM e controle os processos a ele relacionados.
- diversos ajustes ao Termo de Referência para contratação do SGPP: aprimoramento da especificação do objeto contratado, inserção de atividades não previstas, análise da viabilidade de futuros ajustes ao sistema contratado, controle da utilização da manutenção evolutiva e acompanhamento de sua utilização, além do levantamento dos riscos no processo de aquisição e implantação da solução integrada de softwares, fazendo um plano para mitigação dos riscos detectados.
- revisão nos fluxos e procedimentos relativos ao “processo de análise e elaboração dos votos da PRÉ-SAL PETRÓLEO junto ao Comitê Operacional”.
- ajustes no Regimento Interno do Comitê Operacional de forma a adequar as governanças da Pré-Sal Petróleo e do Consórcio.
- definição de conteúdo e diretrizes para realização de Notas Técnicas.

- aprimoramento dos mecanismos de arquivamento e intercâmbio de informações entre os representantes e seus substitutos dos Subcomitês e o do Comitê Operacional.
- estabelecimento de mecanismos para acompanhamento da atuação das Gerências Executivas nos Comitês Operacionais, por parte da Diretoria Executiva.
- aprimoramento da gestão documental, introduzindo soluções que propiciem o controle dos processos, cadastrando documentos e controlando os atos e decisões proferidas.
- ajustar as normas e procedimentos internos às exigências advindas dos novos contratos de partilha. Criação de procedimento e adaptação da matriz de governança para os contratos da rodada 2 e 3.
- estudar a realização de uma governança simplificada para atender a contratos de partilha oriundos de AIPs, onde a parte contratada sobre o regime de partilha tenha baixa participação percentual e/ou volumétrica na jazida unitizada.
- estruturar procedimento de avaliação econômica, submetendo os parâmetros para realização desta avaliação para análise e aprovação da alta administração.
- mapear o processo e construir procedimento referente a atividade de monitoramento de projeto. Definir metodologia e construir procedimento para a atividade de auditoria dos projetos e definir a área responsável por realizar essa auditoria.
- estruturação do programa de fiscalização para realização da auditoria, conforme previsão no Planejamento Estratégico.
- alteração organizacional com vistas a atender as novas demandas de gestão dos contratos de partilha sem comprometer a segregação de funções fundamentais para uma governança eficiente e segura.

De maneira geral, os pontos de auditoria identificados nos trabalhos realizados, estão associados à ausência de procedimentos, de mapeamento de processos, de orientações, de definições e de manuais, de estruturação de governança, o que é típico em projetos e empreendimentos em fase de estruturação. Não foram identificados pontos que configurassem fraudes, apenas algumas falhas e inconsistências, fraquezas, que, se não tratadas, podem comprometer a realização de atividades e proporcionar espaço para irregularidades.

7. ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E BENEFÍCIOS OBTIDOS

Durante o exercício de 2018, a Auditoria Interna participou de diversas atividades assessorando à Diretoria Executiva. A Auditoria Interna assessorou na confecção do Relatório de Gestão da empresa, no atendimento a diversas demandas do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A Auditoria Interna procedeu à confecção do RAINTE 2017 e à confecção do PAINT 2018, que foi levado a apreciação do Conselho de Administração, para posterior encaminhamento da versão final a CGU.

A Auditoria interna, também, assessorou intensamente na estruturação da Governança dos Contratos de Partilha da Produção e na Governança do Acordos de Individualização da Produção.

Com relação à ação de avaliação da estrutura de controles internos e gestão de riscos corporativos, foi possível realizar um diagnóstico dos diferentes componentes do gerenciamento de riscos corporativos (COSO II) e de Controles Internos (COSO I). Além de permitir a identificação de pontos críticos e pontos de potencial desenvolvimento, foi possível fazer um registro da situação atual, permitindo um acompanhamento evolutivo dos temas avaliados. Também foi possível a priorização do tratamento dos pontos identificados pela análise de criticidade e análise GUT (Gravidade, Urgência e Tendência).

A Auditoria do Processo de Individualização da Produção encontra-se em conclusão, o relatório preliminar foi encaminhado ao gestor para manifestação. Neste relatório foram emitidas diversas recomendações apresentadas de forma resumida na sequência:

- Revisão nos procedimentos e fluxos visando a contemplar as alterações havidas nos novos dispositivos infralegais. (publicação da Resolução CNPE nº 8, em 14 de dezembro de 2016, a alteração da Resolução 25/2013 pela Resolução ANP nº 698, em 06 de setembro de 2017 e a possível mudança no entendimento relativo a alguns dispositivos da Lei n.º 12.351/2010)
- fazer um levantamento das principais situações apontadas no relatório e atuar junto a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis com vistas a buscar soluções para as especificidades existentes em cada Unitização por meio de ajustes na Resolução ANP n.º 25/2013 e procedimentos complementares.
- Priorização do AEGV. Sobre o ponto de vista estratégico foi recomendado que a PRÉ-SAL PETRÓLEO trabalhe o Acordo de Equalização de Gastos e Volumes e na Determinação dos Volumes e Participações, encaminhe o resultado para a ANP para valoração da área que deverá ser prontamente licitada nos termos da Resolução CNPE n.º 8/2016, deixando o AIP para ser assinado pelo novo entrante adquirente dos direitos de E&P.
- Ajustar os fluxos dando início ao processo de Acordo de Equalização de Gastos e Volumes e na Determinação dos Volumes e Participações quando da ciência e encaminhamento dos dados pela ANP e Operador, concluindo suas atividades antes do Leilão dos blocos.
- Fazer um levantamento preliminar dos gastos e volumes e uma avaliação preliminar das determinações de participações em cada projeto sob a gestão da PPSA, para a construção de uma matriz de priorização de atividades, alocação de mão-de-obra e necessidade de recursos computacionais.
- Fazer um levantamento dos recursos necessários e um plano de estruturação para redução da assimetria existente, tendo em vista a necessidade de estrutura de recursos humanos e recursos tecnológicos para reduzir a assimetria entre as partes envolvidas na negociação de participações em jazidas,
- Atuar junto a ANP na mudança da sistemática de tratamento dos AIPs. Atuar junto a ANP para conclusão do AEGV e Determinação antes da licitação e assinatura de AIP apenas com concessionário ou contratado, qualificado para atividade de exploração e portador de direitos de E&P.
- Definir órgão/setor responsável pela gestão da governança da empresa, tendo entre suas atribuições a atualização e o mapeamento dos processos.
- Estruturar procedimentos de execução para o macroprocesso de AIPs e para os processos e subprocessos a ele associados.

- Atuar junto a ANP para definir o conteúdo, a momento e a forma de acesso as informações necessárias para o processo de unitização. De preferência todas as informações devem ser disponibilizadas à PPSA quando da notificação pela ANP da extensão.

- Implantar uma governança para o processo de negociação dos AIPs

- Foi recomendada, também, a realização de diversos ajustes nos procedimentos confeccionados e nos processos mapeados associados a governança dos AIPs.

A próxima fase da Auditoria no Processo de Individualização da Produção será analisar a resposta ao relatório preliminar, discutir eventuais divergências e apresentar a versão definitiva para a Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e de Administração.

Com relação à Auditoria Operacional realizada no Processo de Gestão dos Contratos de Comercialização, a Auditoria Interna realizou um levantamento preliminar sobre o tema a pedido do Conselho de Administração antes da realização do leilão e encaminhou esse levantamento para apreciação do Conselho.

Os fatos levantados no documento apontam para a necessidade da PPSA aprofundar os estudos referentes: ao preço de mercado dos óleos por ela comercializado; às barreiras mercadológicas existentes; e às medidas necessárias para superar essas barreiras.

A Auditoria apontou que a empresa devia estruturar uma estratégia para enfrentar essa problemática no curto prazo visando a minimizar os impactos proporcionados pelas barreiras logísticas e mercadológicas atualmente existentes e deve atuar no longo prazo para maximizar o resultado na venda do óleo da União.

Foi recomendado adequar o planejamento estratégico da empresa ajustando as atuais iniciativas visando a estudar o preço de mercado e contornar as barreiras existentes estruturando tanto um plano de contingência para adotar medidas imediatas para contornar as barreiras atualmente existentes, quanto um planejamento a longo prazo para adotar medidas para superá-las.

No levantamento preliminar foram solicitados 54 pedidos de esclarecimentos para Superintendência de Comercialização que estão em análise. No mesmo levantamento foram apresentadas as seguintes recomendações:

- Ajustar o planejamento estratégico prevendo iniciativas voltadas a estudar: o preço de mercado do óleo comercializado; as barreiras mercadológicas existentes; e as medidas necessárias para superar essas barreiras.

- A PPSA deve adotar medidas para estudar os preços dos óleos por ela comercializados.

- A PPSA deve adotar medidas para identificar e superar as barreiras existentes impostas à comercialização do óleo ao preço de um mercado líquido e transparente.

A próxima fase da Auditoria no Processo de Comercialização será focada na análise do macroprocesso e dos processos associados e dos procedimentos já estruturados. Somente após essa análise será encaminhado o relatório preliminar para manifestação do gestor.

8. GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE

A Auditoria Interna ainda não implementou um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) para promover a avaliação e a melhoria contínua dos processos de trabalho, dos produtos emitidos e da eficácia e da eficiência das atividades de auditoria.

A estrutura da Auditoria Interna da PPSA, ainda é muito pequena, quando da ampliação dos quadros da empresa ampliação do efetivo da auditoria interna esta prática será adotada.

9. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS

Em 2018 a Auditoria Interna participou do “Curso Aspectos Operacionais da Comercialização, Importação e Exportação de Petróleo e seus derivados” com 40 horas de duração ministrado no UnIBP, Universidade do IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

O conteúdo oferece conhecimentos teóricos e práticos das atividades relativas às operações físicas de compra e venda de cargas de petróleo e derivados, tais como: transporte, carga e descarga, contratos e documentos de importação e exportação, pagamentos internacionais, controle de estadias, medição e perdas, além de noções de comercialização, refino, trading, valor de realização e qualidade dos combustíveis.

10. CONCLUSÃO

De maneira geral, os pontos de auditoria identificados nos trabalhos realizados, sintetizados no Capítulo 7 (ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E BENEFÍCIOS OBTIDOS), estão associados à ausência de procedimentos, de mapeamento de processos, de orientações, de definições e de manuais, o que é típico em projetos e empreendimentos em fase de estruturação. Cabe destacar que muitos dos pontos identificados já foram sanados quando da realização da auditoria. Não foram identificados pontos que configurassem fraudes, apenas algumas falhas e inconsistências, fraquezas, que, se não tratadas, podem comprometer a realização de atividades e proporcionar espaço para irregularidades.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2019.

Nelson Alves Santiago Neto
Auditor Interno